



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Ofício nº 128/2024 – GP

Leme, 23 de dezembro de 2024.

Assunto: Encaminha Mensagem de Veto ao Projeto de Projeto de Lei n.º 91/2024.

Prezado Presidente,

Encaminho a Mensagem de Veto ao Projeto de Lei n.º 91/2024, que “Institui o Programa Farmácia Viva no Município de Leme para garantir a oferta de produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos em tratamentos de saúde e dá outras providências, a fim de que, esta seja apreciada e votada por essa Egrégia Casa Legislativa”.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme

Excelentíssimo Senhor.

Marcelo Alves de Carvalho Almeida.

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta.





Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

MENSAGEM DE VETO Nº 001/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme;

No uso da prerrogativa que me é assegurada pelo art. 34, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Leme/SP, restituo a essa Casa de Leis, Vetado Integralmente, o incluso Autógrafo de Lei nº 84/2024, que “Institui o Programa Farmácia Viva no Município de Leme para garantir a oferta de produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos em tratamentos de saúde e dá outras providências, oriundo do Projeto de Lei nº 91/2024, no tocante à pretensão da norma, o que se verifica é uma ingerência do Poder Legislativo nas atribuições e competências do Poder Executivo, violando, primeiramente na esfera municipal, a Lei Orgânica do Município de Leme, tendo em vista esta estabelecer a competência privativa do Prefeito em dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, bem como a iniciativa de leis que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem despesa pública, senão vejamos:

“Art. 30 -

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

3 - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

4 - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

Art. 52 - Compete privativamente ao Prefeito:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

Destaque-se, além disso, que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que seja considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17, uma vez que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas, deve ser acompanhada não só de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, como também de declaração do ordenador da despesa quanto à adequação



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária Anual, hipótese esta que resta inviável, diante da impossibilidade de contabilização da despesa advinda da presente proposta.

Evidencia-se assim que o presente Projeto de Lei possui vício de iniciativa, porquanto impõe ao Poder Executivo um aumento de despesa não integrante do planejamento administrativo.

Ante o exposto, Sr. Presidente, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência e seus nobres pares.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme





Memorando 6- 58.092/2024

De: Francisco N. - SENJUR-PGM

Para: SENJUR - Secretaria de Negócios Jurídicos - A/C Leandro C.

Data: 19/12/2024 às 16:51:35

Setores envolvidos:

SSAU, SSAU-CGS, SSAU-CGNJPG, SSAU-CPG, SSAU-CAF, SENJUR, SENJUR-PGM, SENJUR-CGAL

Autógrafo de Lei nº 84/2024 PROJETO DE LEI Nº 91/2024 Institui o Programa Farmácia Viva no Município de Leme para garantir a oferta de produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos em tratamentos de saúde e dá outras providências.

O Ilmo Sr. Secretário de Negócios Jurídicos encaminha a esta PGM para parecer o PROJETO DE LEI Nº 91/2024 Institui o Programa Farmácia Viva no Município de Leme para garantir a oferta de produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos em tratamentos de saúde e dá outras providências, observando o prazo para o veto por vício de constitucionalidade, em razão da iniciativa da matéria e ausência de observação dos preceitos fiscais e orçamentários subjacentes à obrigação estabelecida na norma.

Inicialmente temos que comentar que o Projeto de Lei em comento, é de extrema importância em seu mérito e na busca de seus objetivos que é o de sempre procurar opções viáveis e alternativas par sempre melhor atender e cuidar da saúde da população.

Ao analisarmos o presente Projeto de Lei, temos que considerar o quanto segue:

- A manifestação da *COORDENADORA ASSIST. FARMACÊUTICA Servidora Bianca Maria Coghi de Carvalho no Despacho 5:*

“Acredito, que no momento, não temos condições de montar uma farmácia desta proporção para o Município de Leme, pois terá que ter espaço, funcionários, prescritores etc.

O Estado possui um projeto com esta Farmácia Viva, mas o Estado montam vários projetos e inicialmente investem nisso e depois de alguns anos o município que terá que arcar com praticamente todos os gastos e funcionários. Como exemplo disso é o Programa de Glicemia que o município custeia praticamente 80% dos gastos.

No momento acho mais importante o Município estruturar as farmácias já existentes e após todas essa estruturação em pensar em ampliar os atendimentos e fornecimentos de outros tipo de medicamento”,

Deixa clara a falta de condições do Município, neste momento em implantar e viabilizar a Lei votada pela Colenda Casa de Leis, mesmo tendo seus objetivos sendo importantes para a saúde dos Municípios, porem, prioridades outras emergem da atual projeção orçamentaria”;

- A manifestação do *Coordenador de Planejamento e Gestão servidor Marcelo Martini no Despacho 3:*

“O referido projeto, embora bem-intencionado, não apresenta o impacto orçamentário-financeiro necessário, conforme exige o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Tal exigência determina que toda proposição que crie despesa obrigatória de caráter continuado ou não, deve ser acompanhada Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Assinado por 1 pessoa: IFELANUCISJURDAFARMACIAVIVA-1.docx
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeitura.lememe.1.docx.br/verificacao/081823-57534-B809-3FE22> e informe o código 12/023-557334-163088-3FE23



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 04E4-5F54-6393-3FE3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FRANCISCO D ANGELO NETO (CPF 638.XXX.XXX-15) em 19/12/2024 16:51:53 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/04E4-5F54-6393-3FE3>



Autógrafo de Lei nº 84/2024

PROJETO DE LEI Nº 91/2024

Institui o Programa Farmácia Viva no Município de Leme para garantir a oferta de produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos em tratamentos de saúde e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa Farmácia Viva no Município de Leme.

Parágrafo único. O programa de que trata esta lei visa garantir a oferta de produtos, insumos e medicamentos fitoterápicos em tratamentos médicos.

Art. 2º O Programa prestará à comunidade, como opção terapêutica na medicação alopática a ser oferecida pelos profissionais médicos, os seguintes serviços:

I - fornecimento de produtos fitoterápicos produzidos em laboratório como chás, tinturas, pomadas, xaropes, sabões, antisséptico bucal, cremes, extratos fluidos, cápsulas gelatinosas, pílulas e outros;

II - repasse dos medicamentos alternativos de forma gratuita e mediante a apresentação da prescrição médica;

III - devido acompanhamento do uso dos fitoterápicos;

IV - realização de palestras e oficinas a todos os interessados para repasse das técnicas utilizadas no cultivo das plantas e na manipulação de fitoterápicos.

Art. 3º Os fitoterápicos manipulados atenderão ao tratamento de doenças diagnosticadas e priorizadas, conforme a realidade local, e seu fornecimento será garantido pelo Município.

Art. 4º O Programa permitirá a participação de associações, entidades, órgãos/instituições públicas ou privadas, de caráter científico, filantrópico, comunitário, educacional de nível técnico, profissionalizante, de nível superior e afins, mediante convênios e parcerias, devidamente aprovados pelo Legislativo Municipal:

I - orientação técnica, acompanhamento e implantação do programa em todas as etapas;

II - análise de fertilidade dos solos, correção, orientação do manejo e sua conservação;

III - orientação para o manejo ecológico de pragas, fitopatógenos e plantas concorrentes, objetivando melhor qualidade das plantas medicinais e preservação do meio ambiente e seus recursos naturais;

IV - desenvolvimento de métodos de cultivo integrantes de sistemas de agricultura orgânica a serem adotados pelo programa.

Parágrafo único. O Programa contará ainda com realização de treinamento para técnicos, agentes de saúde, agentes comunitários, demais profissionais da Atenção Básica e outros envolvidos.

Art. 5º Na seleção das espécies medicinais deverá ser observada a cultura popular, a validação científica e a adaptação do cultivo à região.

Art. 6º As farmácias vivas deverão estar de acordo com o que determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA em suas resoluções e alterações.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que for necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leme, 11 de dezembro de 2024.

MARCELO ALVES DE
CARVALHO
ALMEIDA:286819438
98

Assinado de forma digital por
MARCELO ALVES DE CARVALHO
ALMEIDA:28681943898
Dados: 2024.12.11 14:44:46
-03'00'

MARCELO ALVES DE CARVALHO ALMEIDA
Presidente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1203-575B-F608-3102

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDEMIR APARECIDO BORGES (CPF 340.XXX.XXX-18) em 23/12/2024 14:38:34 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/1203-575B-F608-3102>